



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

MADSON MENDES RODRIGUES

DISPUTA TERRITORIAL E DIREITO À MORADIA: O CASO DA OCUPAÇÃO
VISTA ALEGRE DO JUÁ EM SANTARÉM, PARÁ.

SANTARÉM- PA
2021

MADSON MENDES RODRIGUES

**DISPUTA TERRITORIAL E DIREITO À MORADIA: O CASO DA OCUPAÇÃO
VISTA ALEGRE DO JUÁ EM SANTARÉM, PARÁ.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, Instituto de Ciências da Sociedade – ICS, da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, para obtenção de título de Bacharelado em Gestão Pública. Orientadora: Profa. Dra. Ednéa do Nascimento Carvalho.

**SANTARÉM-PA
2021**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

R696d Rodrigues, Madson Mendes
Disputa territorial a direito à moradia: o caso da ocupação Vista Alegre do Juá em Santarém, Pará. / Madson Mendes Rodrigues – Santarém, 2021
31 p. : il.
Inclui bibliografias.

Orientadora: Ednéa do Nascimento Carvalho
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.

1. disputa . 2. território. 3. ocupação. 4. regionalização. 5. moradia. I. Carvalho, Ednéa do Nascimento, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 363.5098115

Bibliotecária - Documentalista: Mary Caroline Santos Ribeiro – CRB/2 566



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
COORD. DO CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**



ATA Nº 15 / 2021 - CBGPDR (11.01.08.11)

Nº do Protocolo: 23204.010635/2021-67

Santarém-PA, 20 de outubro de 2021.

**ATA DE DEFESA PÚBLICA DE MONOGRAFIA DO CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Aos três dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, às dezesseis horas e, virtualmente, por meio da plataforma google meet, link: <https://meet.google.com/nef-ibuo-xvt> realizou-se a Defesa Pública do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC do(a) acadêmico(a) MADSON MENDES RODRIGUES intitulado: "DISPUTA TERRITORIAL E DIREITO À MORADIA: o caso da ocupação Vista Alegre do Juá em Santarém, Pará.", sob orientação da Professora Dra. Ednea do Nascimento Carvalho que compôs a banca examinadora como presidente, acompanhada dos(a) professores(a) avaliadores: Prof. Dr. Marcio Junior Benassuly Barros e a Profa. Dra. Maria Júlia Veiga da Silva. A presidente fez a abertura do trabalho com a apresentação dos componentes da banca e do (a) discente, e atribui-se o tempo de vinte minutos para a apresentação do trabalho. Após a apresentação seguiu-se a arguição e em seguida as respostas. A comissão reuniu-se e apresentou o parecer final com a NOTA: 6,5. Em seguida os membros da banca fizeram suas considerações finais passando a palavra para o discente que efetuou seus agradecimentos. Nada mais havendo a tratar, eu Ednea do Nascimento Carvalho lavei a presente ata que após ser lida será assinada pelos membros da banca acompanhados do orientador e pelo discente.

Prof.(a) Ednea do Nascimento Carvalho - Orientador(a)
Prof.(a) Marcio Junior Benassuly Barros - Membro da banca
Prof.(a) Maria Julia Veiga da Silva - Membro da banca
MADSON MENDES RODRIGUES - Discente

(Assinado digitalmente em 21/10/2021 13:34)
EDNEA DO NASCIMENTO CARVALHO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
ICED (11.01.07)
Matricula: 1713679

(Assinado digitalmente em 20/10/2021 18:13)
MARCIO JUNIOR BENASSULY BARROS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
ICS (11.01.08)
Matricula: 2142669

(Assinado digitalmente em 21/10/2021 16:36)
MÁRIA JULIA VEIGA DA SILVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
ICED (11.01.07)
Matricula: 1822072

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufopa.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **15**, ano:
2021, tipo: **ATA**, data de emissão: **20/10/2021** e o código de verificação: **51479f7f30**

RESUMO

A compreensão do território é de extrema necessidade para o entendimento social dos envolvidos, pois este conceito possibilita o entendimento quanto às relações socioespaciais do território abordado. A ampliação do debate público em relação ao caso da ocupação Vista Alegre do Juá, localizada às margens da Avenida Fernando Guilhon, na cidade de Santarém foi o impulso a realização desse trabalho, pois em razão de albergar como ocorre o delineamento quanto a esse debate em uma escala localo objetivo desta pesquisa é compreender como ocorre a disputa do solo urbano no contexto de uma ocupação, e especificamente caracterizar o processo das ocupações espontâneas no Brasil no século XX, identificar a regionalização quanto as ocupações espontâneas e a disputa territorial e por fim analisar como ocorre a disputa territorial em meio ao direito à moradia no caso do Vista Alegre do Juá. O método adotado para a produção deste trabalho foi a pesquisa qualitativa, exploratória e estudo de caso. Diante disso, há alguns conflitos que foram gerados desde o início da ocupação Vista Alegre do Juá por influência da lógica de capital envolvida. Atualmente o conflito de interesse ocorre entre a população ocupante dessa área de disputa, na qual a parcela maior são de pessoas pobres, e as empresas Buriti Empreendimentos e Construções LTDA e Shopping Rio Tapajós Shopping, ambos empreendimentos alegam que essa ocupação os prejudicam em seus negócios. Por fim, diante do que foi exposto no trabalho, pode-se dizer que uma das causas para o crescimento urbano sem planejamento, ou seja, ocupações de terras, disputas territoriais (conflitos fundiários), são as políticas de desenvolvimento realizadas na região, isso ao longo de décadas vem gerando uma expansão urbana.

PALAVRAS CHAVE: Disputa. Território. Ocupação. Regionalização. Moradia.

ABSTRACT

The understanding of the territory is extremely necessary for the social understanding of those involved, as this concept makes it possible to understand the socio-spatial relations of the territory covered. The expansion of the public debate in relation to the case of the Vista Alegre do Juá occupation, located on the banks of Avenida Fernando Guilhon, in the city of Santarém, was the impetus for this work, as it houses the outline of this debate in a local scale the objective of this research is to understand how the urban land dispute occurs in the context of an occupation, and specifically to characterize the process of spontaneous occupations in Brazil in the 20th century, to identify regionalization regarding spontaneous occupations and territorial dispute and finally to analyze as occurs the territorial dispute in the middle of the right to housing in the case of Vista Alegre do Juá. The method adopted for the production of this work was the qualitative, exploratory research and case study. Therefore, there are some conflicts that have been generated since the beginning of the occupation of Vista Alegre do Juá, influenced by the logic of capital involved. Currently, the conflict of interest occurs between the population occupying this disputed area, in which the largest portion are poor people, and the companies Buriti Empreendimentos e Construções LTDA and Shopping Rio Tapajós Shopping, both undertakings claim that this occupation harms them in their business . Finally, given what was exposed in the work, it can be said that one of the causes for unplanned urban growth, that is, land occupations, territorial disputes (land disputes), are the development policies carried out in the region, that is. for decades it has been generating an urban expansion.

KEYWORDS: Dispute. Territory. Occupation. Regionalization. Housing.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 6 |
| 2. TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO RURAL E URBANO NO BRASIL NO SÉCULO XX: BREVE HISTÓRICO..... | 9 |
| 2.1 O êxodo rural e o processo migratório para os grandes centros urbanos..... | 9 |
| 2.2 A industrialização e sua contribuição para as ocupações espontâneas.. | 11 |
| 3. A REGIONALIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES ESPONTÂNEAS E A DISPUTA TERRITORIAL..... | 14 |
| 3.1 O processo histórico da disputa territorial para acesso a moradia..... | 14 |
| 3.2 As condições de precarização da moradia em movimentos de ocupação espontânea..... | 16 |
| 4. DISPUTA TERRITORIAL E DIREITO A MORADIA: O CASO VISTA ALEGRE DO JUÁ..... | 19 |
| 4.1 O acesso à moradia no município de Santarém e seus desdobramentos..... | 19 |
| 4.2 A ocupação Vista Alegre do Juá, Santarém – Pará..... | 22 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 26 |
| REFERÊNCIAS..... | 28 |

1. INTRODUÇÃO

A perspectiva que se tem de território é de disputa por terra, conflito agrário, entre outros, mas na realidade o mesmo está ligado a poder, povo, recursos naturais, limites e fronteiras. “Área, recursos, povo, poder, limites e fronteiras entram em jogo para definir o território, uma vez que são alvos diretos ou indiretos dos atores e seus poderes” (STÜRMER e COSTA, 2017, p.52).

Segundo Saquet e Silva (2008) o território delimita-se, se constrói e desconstrói por relações de poder entre os diversos agentes produtores do espaço urbano tais como: proprietários dos meios de produção e os fundiários, o mercado imobiliário, o Estado e, também os grupos sociais excluídos.

A compreensão do território é de extrema necessidade para o entendimento social dos envolvidos, pois este conceito possibilita o entendimento quanto às relações socioespaciais do território abordado.

A ampliação do debate público em relação ao caso da ocupação Vista Alegre do Juá, localizada às margens da Avenida Fernando Guilhon, na cidade de Santarém foi o impulso a realização desse trabalho, pois em razão de albergar como ocorre o delineamento quanto a esse debate em uma escala local.

Localizada na zona oeste da cidade, esta ocupação, batizada de Vista Alegre do Juá, vem se mantendo até os dias atuais e se fortalecendo juridicamente com o objetivo de regularizar aquela área e torná-la um bairro na cidade de Santarém. habitado principalmente por pessoas de baixo poder aquisitivo e que não possuíam moradia própria. É uma área de ocupação espontânea ainda não registrada como bairro, mas constituída por diversas construções para moradia e comércio atribuindo a mesma aspectos de bairro.

Dessa forma, a principal indagação que norteia esse estudo é: como conciliar os múltiplos interesses envolvidos no processo de disputa de território na ocupação Vista Alegre do Juá? E em busca de responder a essa indagação aponta-se como objetivo geral: compreender como ocorre a disputa do solo urbano no contexto de uma ocupação, e especificamente caracterizar o processo das ocupações espontâneas no Brasil no século XX, identificar a regionalização quanto as ocupações espontâneas e a disputa territorial e por fim analisar como ocorre a disputa territorial em meio ao direito à moradia no caso do Vista Alegre do Juá.

No Brasil, por falta de alternativas e políticas habitacionais que consigam

atingir e incluir toda a população necessitada, famílias lutam por moradia, um espaço na cidade, um lugar para viver. Organizados, ocupam terras ou espaços sem uso, dando assim uma finalidade para estes territórios. Fazem destes espaços seu lar, seu território.

As populações ocupantes lutam, não tem voz na tomada de decisão, ou seja, não há controle e participação social em um planejamento como este (plano diretor municipal de Santarém), que requer de uma discussão deliberada de todas as partes envolvidas.

Há muitos conflitos decorrentes da ocupação de áreas fundiárias, pela luta da população sem moradia, no qual vêm em terras vazias uma oportunidade de um lugar seu, sua casa, sua moradia. Na cidade de Santarém há muitos casos como estes, porém o caso mais tratado atualmente é da ocupação Vista Alegre do Juá.

Nessa área de ocupação há conflitos de interesses das partes dos ocupantes da Vista Alegre do Juá e os empreendimentos comerciais acerca (Rio Tapajós Shopping; Buriti Empreendimentos e Construções Ltda). De um lado os empreendimentos que acham que a ocupação prejudica seus negócios e de outro a luta de pessoas que buscam o justo valor social de uma moradia adequada, em uma área que antes, até então, de sua ocupação, não havia nada na área, definitivamente sem uso, sem função social. Contudo, este trabalho é lançado com o objetivo de analisar o processo de ocupação e disputa de território no lago do Juá.

Esta é uma pesquisa qualitativa que tem o propósito de realizar interpretação ou produzir significados de grupos sociais e de organizações. Por isso, os pesquisadores que se debruçam nesse modelo visam à explicação dos fenômenos pela pesquisa científica (SILVEIRA, 2009). Além disso, de acordo com Gamboa (2007), deve-se abordar a pesquisa de acordo com o seu objetivo. Assim, como a pretensão deste estudo foi compreender como ocorre a disputa do solo urbano no contexto de uma ocupação, em razão disso, escolheu-se a perspectiva qualitativa para tratamento das informações. Importante salientar que o projeto inicial dessa pesquisa era fazer entrevistas com moradores da ocupação Vista Alegre do Juá, porém com a pandemia da Covid-19, por conta de diversos problemas de ordem pessoal e profissional, isso não foi possível, uma vez que estamos em isolamento social a quase dois anos, e não seria possível ir atrás dessas pessoas.

Quanto aos objetivos, com atributo das técnicas de pesquisa, ela é:

a) exploratória: “a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista de torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41);

b) estudo de caso: “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados.(GIL 2002, p.54);

c) bibliográfica: cuja finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que se produziu e registrou a respeito de seu tema de pesquisa. Trata-se de uma pesquisa de cunho reflexivo sobre o processo histórico de formação do professor de geografia, do processo de redemocratização da geografia até chegar aos desafios e utopias de ensinar a geografia nos dias atuais. Pádua (2002), Severino (2000), Marconi e Lakatos (2003).

O trabalho possui uma estrutura em três capítulos sendo o primeiro a discorrer acerca do processo histórico das transformações no rural e no urbano no Brasil, dando ênfase a situação do êxodo rural e ao processo migratório para os grandes centros urbano consorciado a questão da industrialização e sua contribuição para as ocupações espontâneas.

O aporte do segundo capítulo tem sua discussão no que tange a regionalização das ocupações espontâneas e a disputa territorial, voltando-se para o processo histórico e as condições de precarização quanto a moradia e o papel dos movimentos que promovem a ocupação espontânea.

O terceiro capítulo torna a evidência a relação de disputa entre a disputa territorial e o direito à moradia, apontando o acesso a mesma no município de Santarém bem com o acesso a mesma, exemplificando essa discussão o caso Vista Alegre do Juá.

E por fim as considerações finais que trazem a reflexão do que foi discutido apontando o real contexto acerca do processo de ocupação espontânea e o acesso à moradia.

2. TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO RURAL E URBANO NO BRASIL NO SÉCULO XX: BREVE HISTÓRICO

O intuito deste capítulo é construir um breve histórico que possibilite compreender como a transformação do rural e do urbano se configuraram posteriormente na questão da disputa territorial por moradia. Em face disso é correto que o diálogo inicia com a temática do êxodo rural e o processo migratório acentuando com a questão da industrialização e sua incidência na região amazônica.

2.1 O êxodo rural e o processo migratório para os grandes centros urbanos

Assim como outros países da América Latina, o Brasil apresentou intenso processo de urbanização no século XX. E o contraste entre o rural e o urbano é tema de grandes discussões e reflexões, transpassando anos pela formação dos primeiros núcleos urbanos. Para este processo migratório, a evasão rural e o crescente aumento populacional urbano têm uma resposta que pode ser encontrada nos estudos, pesquisas e debates que ocorrem sobre a modernização da agricultura que teve seu início no século passado.

De acordo com Monte-Mór (2006) quando se fala de rural e urbano tem um abocamento quanto a definição do que seja um em relação ao outro. Diante desse cenário, tem a certeza de que ambos passaram a ter uma autonomia recente que tem um bojo de relações culturais, econômicas, sociais e espaciais, mas que ainda detém uma conotação defendida no século XX.

É pertinente que as fronteiras do que seja urbano e rural estão cada vez mais profusa e conseqüentemente em uma proximidade intensa, o leva a pensar que tem se uma necessidade de viabilização quanto a uma definição exata e própria do que seja entendido como rural e como urbano. Assim, Girardi (2008) expõe que além do êxodo rural interno e crescimento vegetativo, aconteceu que em algumas regiões, principalmente Norte e Centro-Oeste tiveram um acentuado fluxo migratório em razão da chamada "nova fronteira agrícola", e que espantosamente fez surgir um cenário contrário ao esperado, ou seja, as regiões supracitadas desenvolveram um relevante nível de urbanização, permitindo afirmar que seja uma consequência materializada do agronegócio.

Uma das principais e mais conhecidas formas de definir o que é espaço rural é baseada na concentração de pessoas em um determinado território, o adensamento populacional. Porém, não necessariamente se define o rural como um espaço exclusivo da atividade da agricultura, assim como o espaço urbano como um local exclusivo da atividade industrial, visto que existem espaços agricultáveis em regiões definidas como urbano, assim como indústrias em localidades de características rurais. (NASCIMENTO et al, 2017, p 05).

As diversas transformações no cenário econômico brasileiro, evidenciou o processo migratório constituindo uma intensa conurbação urbana, de aproximadamente quatro décadas e que por conseguinte constituiu uma realidade incipiente à qualidade de vida, tornando as desigualdades sociais mais explícitas o que segundo Nascimento et al (2017, p. 03) “resultou na migração em massa da população de trabalhadores do campo para os centros urbanos, despontando de uma proporção de 10.6% da população em 1960, para 50.2% da população, no período de 40 anos, o que influenciou definitivamente a questão urbana”.

Mediante a essa afirmação detém se portanto o entendimento de todos os conflitos que são gerados no rural tem uma ligação direta com o processo de desterritorialização defendido por Haesbaert (2004) que por sua vez afeta contundentemente a hierarquização social e econômica em razão , esse modelo adotado provocou, em meio ao conflito de violência e morte no campo, um processo de desterritorialização, impactando na estrutura social e econômica pelo inchaço dos centros urbanos brasileiros até os dias atuais.

Afirma se então que entre as décadas de 1960 e 1970 começa uma mudança demográfica, que ocasiona um acentuado processo de industrialização e modernização da agricultura no país, que constitui um panorama no qual a população brasileira deixa de ser majoritariamente rural. Isso vai acontecer, segundo Becker (1990) em face a algumas razões dentre as quais tem-se: a fronteira econômica, os núcleos urbanos na Amazônia se tornaram fatores de atração de fluxos migratórios, base da organização do mercado de trabalho e lócus da ação político-ideológica com vistas ao controle social.

Nessa mesma perspectiva, Machado (1999) destaca a forte mobilidade da população e do trabalho no interior da região; sendo esta mobilidade a principal responsável pelo surgimento de novas cidades e pelo crescimento

de outras. A facilidade de implantação de novas formas de organização das atividades produtivas fez da cidade uma condição para a existência dessas mesmas atividades. (TRINDADE JÚNIOR, 2006, p. 179).

Então, o que acontece com o urbano na Amazônia tem, por meio, de um resultado, a sobreposição de tempos diferentes, ou seja, de acordo com Rego (2019), uma cidade cujo nível de industrialização é considerado alto ou médio, é difícil distinguir o que possa ser urbano, imagine-se na Amazônia o quanto não deva ser ainda mais complexo tal distinção por conta das suas especificidades.

Nas palavras de Nascimento (2017), o descaso e a ausência de políticas eficientes voltadas aos pequenos agricultores do campo auxiliam na impulsão dos fluxos migratórios para os grandes centros urbanos, causando também o aumento de precariedade das habitações, pela falta de planejamento urbano que expande o quadro de moradias subnormais e a violência. Na década de 1960, o modelo de desenvolvimento econômico nacional, modernização conservadora do grande latifúndio e expansão do agro mercantil do Brasil, que vigorava, defendia a modernização do campo e atraía os trabalhadores do campo para os grandes centros urbanos.

2.2 A industrialização e sua contribuição para as ocupações espontâneas.

Costa (2012) aponta que todas as transformações profundas aconteceram e acontecem, alterando a configuração dos grandes centros urbanos (cidades regionais) a partir da década de 1960, e como consequência a isso houve intensificação do processo de urbanização. Isso acontece porque tem-se uma chamada urbanização espontânea nas regiões da Amazônia Oriental que decorre da atuação indireta do Estado quanto à produção do espaço, quando o mesmo incentiva a apropriação privada da terra por diversos agentes. É dessa forma que aparecem ou ampliam as cidades que seguem as frentes econômicas, mobilizando, igualmente, uma grande quantidade de mão-de-obra móvel e multivalente para estes núcleos urbanos.

O mercado de trabalho da Amazônia oriental tende a confirmar o processo de reestruturação em curso, posto que os setores mais dinâmicos nos últimos anos têm sido a mineração, a indústria madeireira, a siderurgia e a construção civil (CASTRO, 1994, p. 461) e, por isso mesmo, as cidades ligadas direta ou indiretamente a essas atividades experimentaram um novo dinamismo, alterando a rede urbana regional, seja através da multiplicação

de novos núcleos populacionais, planejados ou não, seja pela redefinição de antigos núcleos urbanos que se alçam à categoria de verdadeiros centros regionais, ou mesmo por um novo padrão de urbanização concentrada (TRINDADE JÚNIOR, 2006, p. 182)

Segundo Becker (1990) tendo como referência a urbanização da Amazônia, verificam-se todas estas dimensões, o que impulsiona na esfera populacional no qual ocorre um acréscimo da população urbana vivendo nas cidades, acentuadamente nos anos de 1960, de modo que os núcleos urbanos na Amazônia, explicitando os três papéis definidos a partir desse contexto: atração dos fluxos migratórios, organização do mercado de trabalho e controle social.

Na Amazônia, a produção do urbano guarda especificidade voltada principalmente para uma peculiar forma de ocupação do espaço, compreendida a partir de processos históricos, geográficos e culturais. Na Região, vários modelos de urbanização combinam e coexistem dentro de um mesmo espaço, revelando com isso as diversas faces do urbano regional. Nesse sentido, muitas atividades desenvolvidas no contexto regional, sejam elas econômicas, políticas ou sociais, contribuíram para a organização espacial da cidade de Santarém, através de objetos espaciais instalados ou, ainda, das funções que estes desempenham e acabam configurando as relações que a cidade desenvolveu com o rio ao longo de todo o seu processo histórico. As atividades mais recentes apresentam novas dinâmicas, atribuindo novas funções para alguns espaços da cidade. No entanto, tais mudanças coexistem com um modo de vida que se apresenta através da permanência de usos já estabelecidos, resíduos espaciais. (COSTA, 2012, p. 72)

E é nessa clara evidência que a chamada urbanização amazônica aparece com estreita proximidade com as mais variadas manifestações do Estado na região, tendo como justificativa o slogan “Integrar para não entregar”, mas que direcionava para a “velha” política que visavam à ocupação, integração e desenvolvimento regional sem considerar a realidade e as singularidades do contexto amazônico.

O grande fluxo migratório para a região amazônica, em especial, até o início da década de oitenta, foi resultado da conjunção da estrutura fundiária historicamente concentradora e desempregadora com uma política de grande estímulo estatal à ocupação da região com vistas à garantia da soberania nacional sobre aquele vasto território. A Amazônia experimentou um processo de povoamento baseado no modelo clássico de migrações inter-regionais que resultou em uma forte expansão da fronteira agrícola durante o período. Note-se que a região Nordeste, cujos estados têm, historicamente, as maiores taxas de concentração fundiária, é também a maior fonte de migrantes para a Amazônia. Tendo em vista a alta concentração de terra, o imobilismo social, em decorrer daquela, e a proximidade geográfica, é de se esperar que mudanças no custo de oportunidade dos indivíduos provoquem grandes fluxos migratórios para a região de fronteira. Isso é, expectativas de grandes ganhos na fronteira

impulsionam a migração, haja vista os exemplos históricos do ciclo da borracha, dos projetos de colonização e garimpo (SANTANNA; YOUNG, S/D. p, 13-14)

Portanto, na região amazônica, segundo Gomes e Cardoso (2019 p.5) “os valores pré-industriais dos caboclos e extrativistas estão mais alinhados com as expectativas das sociedades pós-industriais que oferecem melhores condições de vida às suas populações”, isso significa que o modo de vida tradicional está sob constante ameaça do capital internacional que promove o avanço técnico face às tradições.

A ideia desse capítulo foi o de construir um breve histórico que levasse a compreensão do processo de transformação do rural e do urbano perpassando pela apropriação das terras amazônicas face ao velcro desenvolvimentista instituído pelo liberalismo econômico. No próximo capítulo, a abordagem teórica visa discutir a questão da regionalização das ocupações espontâneas e a disputa territorial que as envolve.

3. A REGIONALIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES ESPONTÂNEAS E ADISPUTA TERRITORIAL

A proposta apresenta nesse capítulo versará acerca da regionalização das ocupações espontâneas e como as mesmas se manifestam e acabam tornando-se disputas territoriais. Para tal iniciar-se-á com o processo histórico para acesso a moradia adentrado a discussão quanto às políticas públicas para a habitação e a precarização das moradias em uma ocupação espontânea.

3.1 O processo histórico da disputa territorial para acesso a moradia

A busca por moradia no Brasil perpassa por um longo processo histórico, no qual as políticas públicas para a habitação só ganhará legitimação com a promulgação da Constituição Federal de 1988 no capítulo que rege os direitos e garantias fundamentais, art. 6º “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (BRASIL, 1988).

Salienta que anterior à Constituição Federal de 1988, tem se no Brasil, políticas governamentais que buscam sanar o déficit habitacional. Um dos maiores exemplos é o Banco Nacional de Habitação (BNH) que ao final dos anos de 1980, é extinto, e todo qualquer financiamento para moradia no país passa a ser incumbência da Caixa Econômica Federal.

As políticas habitacionais passaram por diversos momentos ao longo da história, com avanços e retrocessos, concretizando períodos de esvaziamento de programas habitacionais, principalmente aqueles destinados às classes sociais menos privilegiadas do país e em outros houve uma tentativa de enfrentamento do déficit de forma mais incisiva. Foram criados, em âmbito federal, inúmeros programas e projetos de habitação e implantados em diversas cidades brasileiras, através da construção de vários conjuntos habitacionais. No entanto, os problemas relacionados à falta de moradia ainda não foram totalmente solucionados. Haja vista, que a cidade capitalista é excludente, com cenários totalmente diferentes, com classes antagônicas e a habitação insere-se neste contexto com desigualdades essas manifestas em diferentes formas, principalmente, na forma de habitar o espaço urbano. (MONTEIRO, VERAS, 2017, p. 25).

Isso significa que desde a abolição da escravatura, as pessoas que não tinham para onde ir e começaram os movimentos de povoamento das zonas mais afastadas, geralmente em encostas, ribanceiras, áreas rurais e em outras áreas sem as mínimas condições de serem habitadas. Sendo o acesso a moradia privada de boa parte da população brasileira.

Posteriormente, com o acelerado processo migratório do campo para a cidade, na perspectiva de trabalho, saúde, educação, emprego e moradia, e, sem terem onde morar, iniciou-se um processo de especulação imobiliária, no qual o pedaço de terra ou as casas, passaram a ser supervalorizadas e como quem detinha esse controle sobre as áreas habitacionais era a população mais rica, os mais pobres se endividaram cada vez mais, com a compra de casas e terrenos ou ocuparam áreas irregularmente. E assim se deu grande parte das habitações nas cidades brasileiras. (FREITAS, 2020)

Essa disputa por território em face a busca por moradia perfaz um entendimento de que as relações de relações de poder existentes na sociedade acabam por justificar sua delimitação em certos momentos históricos, assim como sua alteração e acréscimos ao longo do tempo, tornando uma ferramenta útil para compreender as diferentes formas de apropriação do espaço, seu uso e ocupação.

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreoterror* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo - especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no "temtorium" são impedidos de entrar (HAESBAERT, 2004, p.20).

O território possui diferentes combinações que são consideradas funcionais e simbólicas, porque detém as relações de poder. Assim segundo Haesbaert (2004, p.21) "todo território é "funcional" a começar pelo seu papel enquanto recurso, desde sua relação com os chamados "recursos naturais" -"matérias-primas" que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s)".

No entendimento de Saquet e Silva (2008) o território seria uma área delimitada constituída pelas relações de poder do Estado, uma vez que poderia estar sendo desconsideradas suas diversas formas de focalizar seu uso, as quais não restringem sua compreensão, mas a torna mais complexa por envolver uma

análise que leva em consideração muitos atores e muitas relações sociais. Ou seja, “área, recursos, povo, poder, limites e fronteiras entram em jogo para definir o território, uma vez que são alvos diretos ou indiretos dos atores e seus poderes” (STÜRMER e COSTA, 2017, p.52).

Raffestin (1993) nos traz um conceito geográfico dotado de uma tridimensionalidade social-espacial-temporal, em que o espaço urbano também passou a ser visto como o lugar de construção de territorialidades, onde sujeitos produzem seu senso de identidade espacial (RAFFESTIN, 1993). Assim, quando a geografia passa a compreender que o território também gera o sentido de pertencimento e de posse é que a análise territorial dos fenômenos sociais passa a ter um estatuto próprio, portanto para essa concepção o território não é somente uma área delimitada, ele é permeado de nuances, significados e significantes, pois o sujeito social constroi sua territorialidade a partir do território.

Portanto para Raffestin (1993) o território pode ser visto como materialidade (segurança, sobrevivência, etc.) e como imaterialidade (pertencimento, imaginação). Esta autor fala o conceito de território como uma manifestação de poder sobre o espaço é simplista e não consegue observar que a territorialidade humana se estrutura por uma comunicação linguística tridimensional entre sociedade, espaço e tempo. Por essa concepção, a invenção do território está inserida num jogo sócio-histórico, de vivências e de mercado. Assim, o território pode gerar o sentido de pertença e de posse.

3.2 As condições de precarização da moradia em movimentos de ocupação espontânea

A precariedade das condições de moradia no Brasil estão presentes desde o processo de colonização. Mas atualmente essa debilidade é presencial principalmente nas áreas menos favorecidas e afastadas, como as favelas e em sua maioria das vezes são caracterizadas pela ausência de infraestrutura e de serviços básicos provenientes do poder público. Cabe ao poder público exercer a função de promover a expansão de serviços básicos e infra-estrutura com serviços básicos como distribuição de água, rede de esgoto, energia elétrica, pavimentação, acesso a escola, transporte público.

Segundo Motta (2011) umas das formas recorrentes de habitação que surgiu nas grandes cidades, em razão da migração intensa do rural para o urbano, fez surgir os cortiços, que possuem a características de abrigar várias pessoas, os quais eram formados por muitos cômodos alugados para varias famílias. Os cortiços geralmente eram constituídos de velhas mansões que se localizam nos centros das cidades. Nos dias atuais a forma de moradia para as pessoas menos favorecidas é a ocupação de terrenos em periferias das cidades, e em algumas regiões do Brasil é a principal forma de povoamento.

Isso acontece em razão de muitos fatores, mas o mais pertinente de todos é o baixo poder aquisitivo dos moradores, e de não poderem pagar alugueis, geralmente alto se comparado a renda mínima das famílias e de muito menos terem condições de adquirir uma casa.

Nos países capitalistas, inclusive no Brasil, a terra urbana e as edificações integram-se ao conjunto de mercadorias que fazem parte da produção capitalista. Desta forma, a terra se torna uma mercadoria no processo de produção do espaço e reprodução do capital, o valor de troca passa a predominar em relação ao valor de uso. O espaço passa a ser consumido como uma mercadoria, assim a habitação e a terra urbana também se insere neste processo, onde o valor de uso é substituído pelo valor de troca, a especulação imobiliária contribui para a elevação dos preços, dificulta sobremaneira a inserção das famílias de baixa renda no setor habitacional formal. A mercantilização da habitação e da terra urbana e sua transformação em produto determinam os usos do solo urbano, a expansão e a organização do espaço, remodela as cidades e incide numa produção excludente do espaço. (RODRIGUES, 1991, p.32).

Percebe-se que as ocupações indevidas surgiram como uma forma de garantir o direito a moradia dos menos favorecidos, tomando uso das propriedades abandonadas ou não beneficiadas dos mais favorecidos. Motta (2011, p. 10) fala que “a ocupação ilegal foi (e é) o resultado da ausência de condições acessíveis e da falta de políticas habitacionais para as camadas mais baixas, configurando-se como a única possibilidade de acesso ao solo urbano”. O que implica dizer que para muitos a ocupação é a única alternativa de moradia para muitas famílias.

Atualmente, a tática mais apropriada pelos moviemnto de que lutam por moradias é a ocupação popular, ferramenta esta que é compreendida como aquela que tem uma finalidade bem clara – a negociação e a conquista da moradia e da qualidade de vida. Segundo estudiosos da teoria dos movimentos sociais brasileiros, há uma mudança de forma e ação desses movimentos que lhes dá uma nova

identidade a partir de estratégias que passam da denúncia para a ação direta (mobilizações, marchas, passeatas, desobediência civil, negociações, ocupações etc.) e, também, pressões indiretas (GOHN, 2010).

Partindo desse pressuposto, Alessandri (2013) fala que a produção do espaço por uma determinada sociedade necessariamente é resultante da própria existência humana e resultará em espaços marcadamente identificados com esta. Se a marca atual da organização social é o modo de produção capitalista, então a marca fundamental do espaço humano segue a mesma lógica, o que seria a transformação de toda a produção espacial em mercadoria. Essa seria a marca (signo) que orienta a organização e a produção do espaço urbano das grandes cidades.

Assim, quando os agentes atuam na produção do espaço, eles terão que enfrentar a mercantilização deles também, portanto, o espaço será sempre de disputa partindo de uma ordem econômica, social e política, obedecendo a ordem do sistema capitalista.

Em geral, após a implantação de uma ocupação, começam as reivindicações para o ganho da terra e para a implantação de políticas públicas de beneficiamento para a área (escolas, postos de saúde, unidades de policiamento, transporte público, iluminação e saneamento básico). Além das dificuldades e do risco de serem retirados por conta da reintegração de posse, ainda tem os riscos ambientais que são complexos e acabam sendo protagonistas de grandes tragédias.

No caso da ocupação Vista Alegre do Juá ter-se-á questão de que a mesma fica localizada próxima a uma área de preservação ambiental e as moradias terem sido instaladas próximas a margem do rio, que aumenta a incidência de poluição do rio, e infelizmente sem a devida conscientização da população, as espécies de animais que residiam na área começaram a desaparecer.

Por fim entende-se que a questão de disputa por território é um status quo, que dirime toda e qualquer ação em uma sociedade, ditando as regras e monopolizando as perspectivas. A moradia é um direito assistido pela Constituição Federal de 1988, mas que infelizmente não acessa a todos que precisam. No próximo capítulo a abordagem estará direcionada especificamente ao caso do Vista Alegre do Juá no município de Santarém.

4. DISPUTA TERRITORIAL E DIREITO A MORADIA: O CASO VISTA ALEGRE DO JUÁ

A proposta deste capítulo é dialogar com a percepção do acesso a moradia no município de Santarém e seus desdobramentos, trazendo o contexto da ocupação Vista Alegre do Juá com suas particularidades e complexidades no ambiente urbano de Santarém.

4.1 O acesso à moradia no município de Santarém e seus desdobramentos

O município de Santarém tem sua fundação por volta de 1661, em razão de que a coroa portuguesa tinha a intenção de delimitar sua área de abrangência e domínio na Amazônia e para isso enviou as missões jesuíticas a fim de executarem tal tarefa. Ao padre português João Felipe Bettendorf, foi atribuída a missão de se estabelecer na confluência dos rios Tapajós e Amazonas, fundando a missão jesuítica Nossa Senhora da Conceição do Tapajós. (AMORIM, 1999).

O processo de urbanização da região amazônica obedeceu a lógica dos ciclos econômicos vivenciados pela mesma, isso resultou em uma aferição em que se baseou duas ordens desenvolvimentistas: a intencional e a espontânea, possibilitando o surgimento dos chamados centros sub-regionais que vão assumir um determinado papel na conjuntura local e regional polarizando os demais municípios circunvizinhos. (TRINDADE JUNIOR, 2011).

Segundo Trindade Junior (2011), essa região tem um processo de ocupação bastante peculiar que pode ser compreendida a partir dos processos históricos, geográficos e culturais, onde vários modelos de urbanização coabitam dentro do espaço geográfico evidenciando várias fazetas do urbano e rural na região amazônica.

Santarém, se mostrou em grande evolução, tanto em seu desenvolvimento urbano, como também no seu crescimento demográfico, tornando a cidade polarizadora da região Oeste do Pará, o que proporcionou diversos arranjos espaciais dentre os quais as ocupações urbanas pelos grupos que buscam moradia e qualidade de vida.

Nas cidades da Amazônia, especificamente em Santarém, nosso foco de análise, estas novas dinâmicas que representam uma modernização do espaço acabam impondo padrões de circulação que determinam o aparecimento de novas atividades, bem como o desaparecimento de outras, da mesma forma estabelece impactos, a partir da desarticulação de atividades e conseqüentemente dos modos de vida. (COSTA, 2012, p. 8). O crescimento populacional, aliado à ausência de políticas públicas eficientes e o aumento considerável no valor das terras para moradia e do custo de vida, principalmente às margens das rodovias e na área central da cidade podem ter estimulado ocupações irregulares na cidade de Santarém.

A rodovia Fernando Guilhon, uma das principais vias da cidade de Santarém, tornou-se um importante ponto de acesso para o aeroporto da cidade, as comunidades rurais e a turística Vila de Alter-do-Chão. A partir desta rodovia foram constituindo-se bairros e acentuando a periferização do município de Santarém, caracterizados por serem bairros fruto de ocupação espontânea.

Sendo o aspecto econômico um dos que motivaram essa situação, devido a necessidade de moradia e ascensão social, sem considerar a necessidade da conservação da biodiversidade e dos aspectos éticos e culturais vivenciados pela população local:

Difunde valores, comportamentos e estilos de uma sociedade urbana marcada pela satisfação das necessidades socialmente elaboradas pela ideia de modernidade, o que vai de encontro às necessidades básicas à reprodução da vida. A imposição deste modo de vida urbano imposto a Santarém pela produção de uma cotidianidade, escapam à sua história e à cultura local, o que faz desta refém de uma lógica que está distante da vida cotidiana de seus sujeitos. Nesse sentido, são temporalidades e espacialidades alheias ao lugar e projetadas para o mundo visando a atender interesses de determinados segmentos da sociedade. (COSTA, 2012, p. 09).

De acordo com Rego (2019) o espaço da cidade torna-se uma mercadoria cada vez mais revestida de valor, excluindo e segregando a população de baixo poder econômico que necessitam de um lugar para morar. Desta maneira, é na apropriação do espaço urbano que se verifica a reprodução do capital. Logo, os agentes sociais excluídos são, de fato, segregados e não podem usufruir de uma propriedade urbana, visto que o custo da terra não acompanha o valor do salário mínimo da população mais carente.

Por insuficiência e inadequação de oferta de moradia, os pobres ocupam as áreas frágeis, com restrições legais de ocupação, que não interessam ao mercado imobiliário, assim os pobres exploram o meio ambiente e mantêm a articulação social de origem para conseguir a inserção na cidade através do assentamento informal. Esse grupo busca o controle da localização, tipo e custo da habitação, proximidade de fontes de renda para superar as dificuldades impostas pela exclusão definida a partir do preço da terra (CARDOSO, 2013, p. 264).

Foi com essa lógica de pensamento surgiu a ocupação urbana Vista Alegre do Juá na cidade de Santarém do Pará. A ocupação veio com o objetivo usar uma área sem função social e ajudar pessoas que não tem moradia e muito menos condições econômicas de pagar aluguel ou comprar um pedaço de terra para fazer sua casa.

Houve uma preocupação por parte das pessoas envolvidas na ocupação, estas realizaram uma consulta “prévia”. Segundo Rego (2019) em 2009 as pessoas com a intenção de ocupar a área realizaram uma pesquisa nos bairros de Santarém, mais precisamente naqueles situados no eixo da rodovia Engenheiro Fernando Guilhon, com o objetivo de quantificar o número de famílias que pagavam aluguel e/ou agregados em casa de familiares, não possuindo assim, moradia própria. Tal pesquisa proporcionou um panorama da necessidade de moradia no entorno da grande área do Santarenzinho.

A área ocupada pertence aos limites da antiga Fazenda Salvação, que depois passou a pertencer à empresa Sisa Salvação Empreendimentos Imobiliários Ltda (cujo nome fantasia é Buriti Imóveis). Logo na frente da ocupação Vista Alegre do Juá está localizado o grande Projeto Habitacional do PAC “Minha Casa Minha Vida”, e do lado podemos perceber o grande shopping da cidade “Rio Tapajós Shopping”, e do seu lado o Condomínio de luxo “Residencial Cidade Jardim I”. E sem deixar de fora, em uma distância aproximada de 2,69 Km, das margens da rodovia Engenheiro Fernando Guilhon até a margem do rio Tapajós está o Lago do Juá.

De acordo com Almeida e Egel (2017, p.92) “a urbanização projeta também desequilíbrios e incertezas que desurbanizam as cidades, como é o caso, por exemplo, da especulação imobiliária que segue a lógica do capital e do mercado global”. Ressalta-se que a especulação imobiliária é um mecanismo que o mercado imobiliário se apropria de maneira a manipular até mesmo o plano diretor no contexto da liberação dos empreendimentos.

4.2 A ocupação Vista Alegre do Juá, Santarém – Pará.

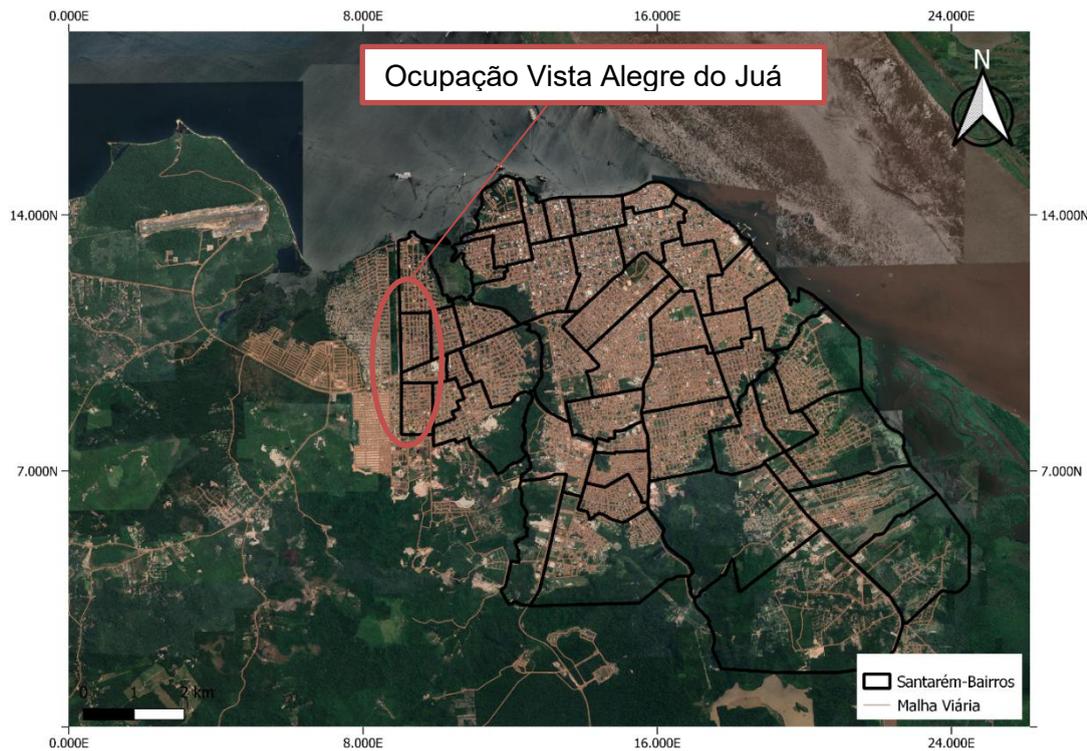
Atualmente, Santarém possui três eixos de expansão urbana da cidade, o eixo mais alongado à direita, que constitui a rodovia Santarém-Curuá-Una, o eixo central da Br-163 (Santarém-Cuiabá) construída no período militar, e à esquerda a rodovia Fernando Guilhon (OLIVEIRA, 2008).

Na década de 1980 verifica-se um acelerado processo de expansão urbana em Santarém, acompanhando a orientação dos eixos das rodovias Santarém-Curuá-Una, Cuiabá-Santarém e Av. Fernando Guilhon (Santarém-Aeroporto). Esta expansão tem assumido grandes proporções, verificando-se, portanto, o espraiamento de sua periferia nas direções sul (Cuiabá-Santarém e Santarém-Curuá-Una) e sudoeste (Fernando Guilhon) (OLIVEIRA, 2008, s/p.).

A Ocupação Vista Alegre do Juá localiza-se no eixo de expansão, da Rodovia Fernando Guilhon (conforme figura 01), teve início no ano de 2009, foi ocupada por pessoas que não tinham moradias próprias, e outras que vieram de comunidades rurais do município (REGO, 2019). Segundo este autor, o objetivo da ocupação era “lutar pela garantia da moradia digna na cidade de Santarém/PA”.

A ocupação Vista Alegre do Juá, é uma área que em parte são terras que supostamente pertencem ao grupo Sisa Salvação e que não estavam exercendo algum tipo de função social, eram terras nas quais não havia pessoas residindo, nem obras sendo construídas por parte da empresa que se dizia detentora da propriedade. Localizada na zona oeste da cidade esta ocupação, batizada de Vista Alegre do Juá, a ocupação vem se fortalecendo juridicamente com o objetivo de regularizar aquela área e torná-la um bairro na cidade de Santarém, habitado principalmente por pessoas de baixo poder aquisitivo e que não possuíam moradia própria.

Figura 01: localização da ocupação Vista Alegre do Juá em Santarém – Pará.



Fonte: Google Earth, 2021. Elaboração: Santos, 2021

É uma área de ocupação espontânea ainda não registrada como bairro, mas, constituída por diversas construções para moradia e comércio atribuindo a mesma aspectos de bairro. As residências são ocupadas essencialmente por população de baixa renda e com infraestrutura precária, muitos ainda sem acesso ao fornecimento de energia elétrica e aos serviços sanitários básicos.

Segundo Rego (2019) na Ocupação Vista Alegre do Juá, residem 2.000 famílias cadastradas na associação dos moradores e 1.000 não cadastradas (as que estão morando na área fora do projeto inicial de ocupação), com um total de aproximadamente 8.000 habitantes, em uma área de 500 metros de largura e 2.000 metros de comprimento.

Na ocupação ainda faltam muitas coisas das quais a população necessita bastante, serviços oferecidos pelo poder público, como saúde e educação. Os moradores dali tem que buscar esses serviços fora da ocupação, se deslocando para os bairros vizinhos.

Os benefícios desproporcionais de uma única classe social (a hegemônica) - que detém maior poder capital - estruturam as desigualdades socioespaciais, fazendo com que a cidade se torne um grande negócio para o capital. Nesse sentido, as regras mercadológicas ditam um novo ordenamento na configuração socioespacial. (ALMEIDA e ENGEL, 2017 p. 94).

Esse novo ordenamento, na medida em que o espaço se incorpora ao capital como meio de produção, acarreta em um processo de privatização, por meio da mercantilização do próprio espaço, então influenciado pela dinâmica do modo de produção capitalista. (ALMEIDA e ENGEL, 2017).

Em entrevista à Tv Tapajós no dia 01 de janeiro de 2021, no JT1, o prefeito de Santarém, Nélio Aguiar falou a respeito dessa área:

É uma área de litígio ainda, que está na esfera judicial e tem uma liminar para reintegração de posse. Mas o nosso posicionamento enquanto prefeito de Santarém, tanto junto ao poder judiciário, quanto junto ao Governo do Estado e à empresa, é que não cabe mais reintegração de posse. Nós consideramos ali uma área consolidada, e sendo tratada como área consolidada a gente tem que tratar como um novo bairro”, disse Nélio. (VIEIRA, 2021, s/p)

Segundo o prefeito, como essa é uma área em litígio, para regularizar ela, precisa de ajuda do estado, não dependendo somente da esfera municipal, assim, a prefeitura defende que seja feito um acordo da área para que a população que reside ali, continue morando e os serviços de infraestrutura, postos de saúde, creche e escolas cheguem aos moradores. Ainda não é oficial, mas a ocupação Vista do Juá já é considerada bairro, tanto é que já se tem linhas de ônibus circulando no local desde o ano de 2020, porém o ônibus só passa na rua principal, ainda ficando muito distante para muitos moradores que tem que caminhar vários minutos para se chegar ao local onde ele passa, mas já é considerado um avanço para os moradores da ocupação.

A área urbana de Santarém se apresenta atualmente bastante espaiada, com sérios problemas de periferização, ou seja, com precária infra-estrutura urbana, assim como, precárias moradias. Nos bairros periféricos reside uma população de baixa renda, coabitando com a violência, muito presente nestas áreas e constituindo verdadeira expressão de exclusão e segregação (SERPA, 2002)

Assim sendo, foi detectado outro problema que afeta o movimento de ocupação Vista Alegre do Juá que é a especulação imobiliária. Foi observado que muitos moradores apresentavam um padrão de vida diferente da maioria das pessoas que ali viviam na ocupação. Tinham casas de um “alto padrão” para as condições momentâneas dos moradores daquela área ocupacional.

Casas grandes de alvenaria foram erguidas em um curto espaço de tempo, o que chamou a atenção do MTLM para estefato, pois, é sabido que numa ocupação como essa a maior parte dos moradores não possui capacidade financeira de construir residência como aquelas em tão pouco tempo. Verificava-se então, a chegada de pessoas que se aproveitaram da luta popular com o objetivo de lucrar e especular a terra (REGO, 2019, p.71).

Tal ato especulativo por parte de muitos moradores que fogem do perfil dos que realmente necessitam, gera um problema para a ocupação como um todo, porque se distancia do objetivo inicial, que era oferecer espaço habitável para aquelas pessoas que não tinham moradia, nem condições de comprar um pedaço de terra no espaço urbano da cidade. Almeida e Engel (2017, p 92) aponta que: “a urbanização projeta também desequilíbrios e incertezas que desurbanizam as cidades, como é o caso, por exemplo, da especulação imobiliária que segue a lógica do capital e do mercado global”.

É notório que a expansão urbana de Santarém ao longo de várias décadas esteve subsidiada ao contexto das ocupações irregulares que foram sendo materializadas e com o passar do tempo foi ganhando status de bairro e hoje formam a malha urbana do meio urbano. E há ainda um fator implícito, é que tais movimentos de ocupação urbana, que precede, de um agente, que é o mercado imobiliário, no sentido de promover a especulação do valor da terra.

Portanto a incumbência desse capítulo foi trazer para uma reflexão questões acerca da moradia em Santarém, mais especificamente a ocupação Vista Alegre do Juá que foi alvo inúmeras vezes de disputas de poder político local e estadual, do poder econômico e social e do ordenamento jurídico. Assim passamos às considerações finais que a priori finaliza a discussão proposta por esse trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as discussões apresentadas na pesquisa deste trabalho, pode-se dar a validação da luta por terra, intrinsecamente a luta por moradia. De acordo com (Ramos, 2004) fica ressaltado que os problemas apresentados pelas cidades amazônicas são parecidos com os problemas de outras cidades brasileiras. Para o autor fica claro que a população pobre destes municípios sobrevivem de baixos salários morando boa parte em áreas de risco, e as que estão em terra firme não são proprietárias dos lotes, pois são áreas de ocupações, áreas determinadas, pejorativamente de “invasões”.

Santarém, assim como as demais cidades da região da Amazônia, passou por inúmeras transformações socioespaciais (êxodo rural, inchaço populacional, falta de habitação etc). Estas problemáticas estão todas ligadas direta ou indiretamente pelas políticas de investimentos voltadas para a região, décadas atrás, causando modificações na urbanização e na vida da população. Dentre essas políticas de desenvolvimento estão a abertura de estradas, construção de rodovias, o interesse e implantação de grandes empresas devido a redução de impostos que se tornou atrativo para elas e outros.

A cidade ainda faz parte, assim como em toda a região Amazônica, de um processo de ocupação bastante peculiar que pode ser compreendida a parti dos processos históricos, geográficos e culturais, onde vários modelos de urbanização coabitam dentro do espaço geográfico evidenciando várias facetas do urbano e rural, onde ambos se confundem na cidade.

Observando o cenário dos anos de 1960 a 1980, é notório nos dados apresentados o grande aumento da população da região amazônica, aqui, mais especificamente, a população da cidade de Santarém. Tal fato fez com que, por volta de 1980, a população urbana já fosse superior à do campo, algo surpreendente para a estatística da época, na qual a maioria das pessoas moravam em centros rurais.

Portanto, o Estado impôs uma lógica que foi dramaticamente seguida pelo grande crescimento urbano santareno. Todos esses investimentos e políticas, pensadas e executadas na Amazônia, colaboraram para uma expansão urbana desenfreada da cidade de Santarém e, conseqüentemente, para a coexistência de ocupações de terras como a Vista Alegre do Juá.

Junto a tudo isso, pode-se observar o fortalecimento da lógica do capital imobiliário atuante nos casos da urbanização das cidades, atuando como protagonista ao desenvolver os grandes centros.

Diante disso, há alguns conflitos que foram gerados desde o início da ocupação Vista Alegre do Juá por influência da lógica de capital envolvida. Atualmente o conflito de interesse ocorre entre a população ocupante dessa área de disputa, na qual a parcela maior são de pessoas pobres, e as empresas Buriti Empreendimentos e Construções LTDA e Shopping Rio Tapajós Shopping, ambos empreendimentos alegam que essa ocupação os prejudicam em seus negócios.

Outro caso preocupante são os conflitos ambientais, pois muitas pessoas estão adentrando a área do Lago do Juá, seja para construir suas casas, o que pode causar o aterramento do lago uma vez que a mata ciliar está sendo retirada, seja para festejar, principalmente no verão quando se formam as praias, moradores reclamam do barulhos nos finais de semana e da sujeira que fica.

Por fim, diante do que foi exposto no trabalho, pode-se dizer que uma das causas para o crescimento urbano sem planejamento, ou seja, ocupações de terras, disputas territoriais (conflitos fundiários), são as políticas de desenvolvimento realizadas na região, isso ao longo de décadas vem gerando uma expansão urbana sem planejamento.

Ainda, as pessoas que lutam pela moradia, é possível observar que suas organizações do dia-a-dia de lutas e reivindicações por melhor qualidade de vida, acesso a saúde e educação se mesclam a uma série de sentimentos e anseios inerentes da pessoa. Sentimentos esses que vão desde a percepção de vulnerabilidade como indivíduo que parte de uma realidade marcada pela desesperança, falta de oportunidade e de condições para morar, trabalhar, se alimentar e dar segurança para sua família, até quando esses sujeitos se colocam como protagonistas das suas próprias reivindicações, tal qual acontece na ocupação Vista Alegre do Juá.

A lógica do capital imobiliário implantado e disputa de território da Vista Alegre do Juá não é um fato isolado na região, e que também não são fatos atuais. Nestes casos, o Estado tem que se fazer mais presente com suas políticas públicas, com suas funções tradicionais de gestão e planejamento para que encontrem alternativas à população dessa área da ocupação Vista Alegre do Juá.

REFERÊNCIAS

ALARCON, Daniela Fernandes; MILLIKAN, Brent; TORRES, Mauricio. **Ocekadi: hidrelétricas, conflitos socioambientais e resistência na bacia do Tapajós**. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2016. Disponível em: <https://www.internationalrivers.org/pt-br/resources/ocekadi-hidrel%C3%A9tricas-conflitos-socioambientais-e-resist%C3%Aancia-na-bacia-do-tapaj%C3%B3s-11503>. Acesso em 19 de jul. 2021.

ALMEIDA, Giovana Goretti Feijó de; ENGEL, Vonia. **A cidade-mercadoria e o marketing urbano na (re)construção da imagem dos espaços públicos: o caso da marca da cidade do Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V. 19 N. 1 (2017): Janeiro-Abril. Disponível em: <HTTPS://RBEUR.ANPUR.ORG.BR/RBEUR/ARTICLE/VIEW/5202>. Acesso em: 21 de Out. 2021. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2017v19n1p89>

AMORIM, Antonia Terezinha dos Santos. **Santarém: uma síntese histórica**. Canoas: Ed.ULBRA, 1999. 256p.

BECKER, Bertha k. **Geopolítica da Amazônia**. Instituto de Estudos Avançados da USP. 1990.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal, 1988**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 05 de dez. 2020

CANETTIERI, Thiago. O debate sobre as ocupações urbanas revisitado: entre o vício (da virtude) e a virtude (do vício), a contradição. **Revista E-metrópolis**, nº29, ano 8. Jun. 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Reprodução do Espaço Urbano como Momento de Acumulação Capitalista**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). Crise Urbana. São Paulo: Editora Contexto, 2015. p. 25-36.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; PEREIRA, Glaydson de Jesus Cordovil; NEGRÃO, Marcília Regina Gama. **Urbanização e estratégias de desenvolvimento urbano no Pará: da ocupação ribeirinha à “Urbanização de Assentamentos Precários”**. Novos Cadernos NAEA, [S.l.], v. 16, n. 2, dez. 2013. ISSN 2179-7536. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/873>. Acesso em: 16 out. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v16i2.873>.

CASTRO, Maria da Conceição Araújo. **Mobilização do trabalho na Amazônia: o Oeste do Pará entre Grilos, Latifúndios, Cobiças e Tensões**. São Paulo: Tese de Doutorado, DG/FFLCH/ Universidade de São Paulo - USP, 2008.

CARVALHO, Sonia Nahas. **Estatuto da cidade: aspectos políticos e técnicos do plano diretor**. São Paulo em Perspectiva [online]. 2001, v. 15, n. 4 pp. 130-135.

Acesso em: 21 Out. de 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000400014>. Epub 16 Jul 2002. ISSN 1806-9452.

COSTA, Tatiane de Cássia Silva da. **A relação cidade e rio na Amazônia: mudanças e permanências frente ao processo de urbanização recente, o exemplo de Santarém (PA)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. 163 p. Belém, 2012.

FANZERES, Andreia; JAKUBASZKO, Andrea. **Barragens e violações dos direitos indígenas na bacia do rio Juruena**. In: ALARCON, Daniela Fernandes; MILLIKAN, Brent; FREITAS, Eduardo de.. O uso e ocupação do solo urbano em áreas de risco ou suscetíveis a desastres: reflexões e propostas de atuação do ministério público. Disponível em: https://www.mprs.mp.br/media/areas/urbanistico/arquivos/cartilha_areas_risco.pdf. Acesso em: 14 de Nov. 2021

GERHARGT, Tatiana Angel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em 05 de jul. 2021

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Taynara do Vale; CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. **Santarém: o ponto de partida para o (ou de retorno) urbano utopia**. Revista Brasileira de Gestão Urbana, [S.l.], v. 11, maio 2019. ISSN 2175-3369. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/Urbe/article/view/23954>. Acesso em: 16 out. 2021.

LOUREIRO, V. Refkalefsky. **A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento**. 1. ed. São Paulo: Empório do livro, 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. "Pesquisa". **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003, pp. 155-73.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. **A QUESTÃO DA HABITAÇÃO NO BRASIL**. Mercator , Fortaleza, v. 16, maio de 2017. ISSN 1984-2201. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1609>. Acesso em: 16 de Out. 2021. doi: <https://doi.org/10.4215/rm2017.e16015>

MORESI, Eduardo. **Metodologia da pesquisa**. Universidade Católica de Brasília. Brasília-DF, 2003.

MOTTA, Luana Dias. **A QUESTÃO DA HABITAÇÃO NO BRASIL: POLÍTICAS PÚBLICAS, CONFLITOS URBANOS E O DIREITO À CIDADE**. Disponível em: https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf. Acesso em: 14 de Nov. 2020.

NASCIMENTO, Carlos Alberto Sarmiento do. VIANNA, Márcio Albuquerque.

RAMOS, Diná Andrade Lima. VILLELA, Lamounier Erthal. FRANCISCO, Daniel Neto. **A migração do campo para os centros urbanos no Brasil: da desterritorialização no meio rural ao caos nas grandes cidades**. XVI Congresso Internacional: FOMERCO- UFBA-SALVADOR, 2017.

PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 8 ed. Campinas: Papyrus, 2002.

PINHEIRO, Ana. Procópi, Juliana. (2008). **Áreas urbanas de preservação permanente ocupadas irregularmente**. Revista do Direito Público. 3. 83. 10.5433/1980 511X.2008v3n3p83.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, J. R. B. **A Urbanização de Santarém e a Preservação Ambiental do Lago do Mapiri: um estudo de caso**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. 117 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional Urbano), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1991. 72p.

SANTARÉM, PREFEITURA MUNICIPAL DE. **História**, 2019. Disponível em: http://www.santarem.pa.gov.br/pagina.asp?id_pagina=24. Acesso em: 03 de dezembro de 2020.

SANTARÉM, PREFEITURA MUNICIPAL DE. **Histórico de Santarém**. Disponível em: <http://www.santarem.pa.gov.br>. Acesso em 03 de Dez. 2020.

SANT'ANNA, André Albuquerque. YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann. **Conflitos no campo e desmatamento na Amazônia: duas faces de uma mesma moeda**. Artigos • Econ. Apl. 14 (3) • Set 2010.

SEVERINO, A. J. **"A internet como fonte de pesquisa"**. Metodologia do trabalho científico. 21 ed. Revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2000, pp. 133-42.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair C. da. **Cidades médias na Amazônia oriental: das novas centralidades à fragmentação do território**. In.: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. v. 13, n. 2. Novembro, 2011. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/399>. Acesso em: 21 de Out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2011v13n2p135>

VIEIRA, Silvia. **Ocupação do Juá pode ser transformada em bairro**. G1 - Globo, Santarém e Região, Santarém- Pará. 04 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2021/01/04/ocupacao-do-ju-a-pode-ser-transformada-em-bairro-diz-prefeito-de-santarem.ghtml>. Acesso em: 17 de Set. 2021.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
REITORIA

SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS
BIBLIOTECA CENTRAL RUY BARATA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

1. Identificação do autor

Nome completo: Madson Mendes Rodrigues

CPF: 01363254243 RG: 6402969 Telefone: (43) 984049518

E-mail: Madson_stm@hotmail.com

Titulação recebida: Bacharel em Gestão Pública e Des. Regional

Seu e-mail pode ser disponibilizado na página de rosto?

Sim () Não

2. Identificação da obra

() Monografia TCC () Dissertação () Tese () Artigo científico () Outros: _____

Título da obra: DISPUTA TERRITORIAL E DIREITO À MORADIA: O CASO DA OCUPAÇÃO VISTA ALEGRE DO JUS.

Programa/Curso de pós-graduação: Programa de Ciências Econômicas e Des. Regional

Data da conclusão: 03/09/2021

Orientador: Edneir do Nascimento Parvalho

E-mail: edneancar@hotmail.com / edneancar@yahoo.com.br

Co-orientador: _____

Examinadores: MARCIO JUNIOR BENASSULY BARROS
MARIA JULIA VEIGA DA SILVA

3. Termo de autorização

Autorizo a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) a incluir o documento de minha autoria, acima identificado, em acesso aberto, no Portal da instituição, na Biblioteca Ruy Barata, no Repositório Institucional da Ufopa, bem como em outros sistemas de disseminação da informação e do conhecimento, permitindo a utilização, direta ou indireta, e a sua reprodução integral ou parcial, desde que citado o autor original, nos termos do artigo 29 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Essa autorização é uma licença não exclusiva, concedida à Ufopa a título gratuito, por prazo indeterminado, válida para a obra em seu formato original.

Declaro possuir a titularidade dos direitos autorais sobre a obra e assumo total responsabilidade civil e penal quanto ao conteúdo, citações, referências e outros elementos que fazem parte da obra. Estou ciente de que todos os que de alguma forma colaboram com a elaboração das partes ou da obra como um todo tiveram seus nomes devidamente citados e/ou referenciados, e que não há nenhum impedimento, restrição ou limitação para a plena validade, vigência e eficácia da autorização concedida.

Santarém, 17 / 11 / 2021.

Madson Mendes Rodrigues
Assinatura do autor

4. Tramitação

Secretaria / Coordenação de curso

Recebido em ___/___/___.

Responsável: _____

Siape/Carimbo